

Ministério de Minas e Energia

Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Após apagão, ONS adota postura conservadora	2
Título: Desistência de venda ações da Eletrobras não é surpresa.....	5
Título: PF vai agir por ‘falta de explicação clara’, diz Dino	7
VEÍCULO: O Estado de São Paulo.....	8
Título: O reajustes aditivado da Petrobras	8
Título: Controle de preços é ‘um grave erro’, diz Castelo Branco	10
Título: Estatal planeja produzir hidrogênio verde no País	11
Título: Petrobras vai entrar no mercado de créditos de carbono	11
VEÍCULO: Folha de São Paulo	13
Título: Governo retira ações remanescentes da Eletrobras de plano de desestatização	13
Título: Falta de informações sobre apagão cria guerra de versões e mobiliza lobbies	13
Título: Petrobras ignora importador e prioriza equilíbrio entre presente e futuro	17
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Lula retira ações da Eletrobras de plano de desestatização.....	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/08/2023****Seção: Brasil****Autor: Fábio Couto****Título: Após apagão, ONS adota postura conservadora**

O relatório de análise preliminar divulgado ontem pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) confirmou que a falha na linha de transmissão Quixadá II - Fortaleza II, da Chesf, uma subsidiária da Eletrobras, produziu um efeito técnico que “separou” o país em três áreas elétricas no apagão ocorrido na terça-feira (15). Segundo o “Informe Preliminar de Interrupção de Energia no Sistema Interligado Nacional”, o fenômeno ocorreu 600 milissegundos após a linha “abrir” (sair de operação). Enquanto apura as causas do apagão, o ONS adotou uma postura mais conservadora na operação do sistema e, segundo agentes do setor, uma das medidas foi limitar o envio de energia renovável do Nordeste para o restante do país.

A iniciativa reforça a suspeita no mercado de que um excesso momentâneo de geração eólica e solar e um possível erro de cálculo no planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN) causaram falhas na transmissão que resultaram no apagão que afetou grande parte do país. O excesso de geração renovável é uma situação operacional, que requer procedimentos técnicos específicos para que não haja desequilíbrio do sistema elétrico. Até o momento, o ONS aponta como marco zero do apagão a falha na linha Quixadá II - Fortaleza II. Uma segunda falha chegou a ser cogitada inicialmente, o que foi descartado posteriormente pelo ONS.

O ONS reduziu o limite de envio de 13.000 megawatts (MW) de energia eólica e solar do Nordeste para 8.000 MW, segundo fontes que falaram ao Valor na condição de anonimato devido à sensibilidade do tema. O corte foi confirmado pelo Informativo Preliminar Diário da Operação (IPDO) do ONS, um boletim técnico com dados da operação do sistema elétrico, como parte do procedimento operativo, para garantir a segurança do sistema, porém sem informar o novo teto de exportação.

No relatório preliminar do apagão, o ONS afirmou que o sistema está sendo operado “em condições mais conservadoras” para garantir a segurança do atendimento e não descarta adotar critérios mais restritivos. Como consequência, as usinas “giram no vazio” (a energia produzida é perdida), com possíveis impactos financeiros, ainda não mensurados. Ao reduzir a exportação

da energia do Nordeste, mantendo a quantidade de geração hidrelétrica e térmica, tecnicamente, o ONS elevou a chamada “inércia” do sistema elétrico, situação que não existia no momento do blecaute, explicaram as fontes. Eólicas e solares são fontes classificadas no setor elétrico como variáveis ou intermitentes. Significa que geram energia quando há ocorrência de vento e sol, respectivamente. Quando o vento para de soprar ou quando o sol deixa de incidir sobre os painéis (por causa de uma nuvem, por exemplo), é preciso que hidrelétricas e térmicas entrem em operação de forma rápida.

Essa substituição impede que a frequência do sistema elétrico caia. Frequência é um conceito físico que corresponde ao número de ciclos de uma corrente elétrica alternada. Por padrão, o Brasil adotou a frequência de 60 Hertz (Hz). A frequência é um fenômeno que deve se manter estável. Abaixo de 59,5 Hz, instabilidades no sistema elétrico tornam-se críticas. Pelas características de geração das eólicas e solares, essas unidades são denominadas como geradores assíncronos, isto é, quando o consumo é maior do que a geração dessas usinas, ou quando há redução brusca de geração (por falta repentina de vento ou sol), essas plantas deixam de operar imediatamente.

Logo, para evitar que essa situação ocorra, é necessário que outras fontes de energia entrem em operação rapidamente para sustentar o sistema elétrico. Hidrelétricas e térmicas são capazes de dar esse suporte: no jargão do setor, elas são chamadas de máquinas síncronas: são capazes de sustentar a frequência das redes, garantindo a “inércia” do sistema. Em outras palavras, sem hidrelétricas e térmicas em operação num momento de variação da geração renovável, a frequência é reduzida, a rede de transmissão se desestabiliza, corta o fornecimento de energia e pode causar um “efeito dominó” no sistema elétrico nacional.

Por isso, sistemas de proteção são acionados para “isolar” a falha, desligando o fornecimento de energia em algumas áreas, até que consumo e geração voltem a ficar equilibrados, preservando o restante do sistema. No relatório do apagão, o ONS relata “afundamento brusco de tensão” após a linha da Chesf sair do sistema. “Transcorridos 600 milissegundos, ocorreu atuação de proteções de perda de sincronismo - PPS, provocando a abertura controlada de linhas que compõem as interligações Norte/Sudeste, Nordeste /Sudeste e Norte e Nordeste e separando o SIN em três áreas elétricas.”

Agentes do setor suspeitam que a área de programação do ONS não teria previsto para a terça-feira (15) uma quantidade mínima de “inércia” suficiente para suportar a operação com mais segurança, ou seja, com mais hidrelétricas e térmicas previstas para operar. Segundo as fontes, a área responsável pela programação diária da operação teria errado, na segunda-feira (14), o cálculo da quantidade de geração necessária para o dia seguinte, a terça-feira (15), dia do apagão.

Frequência a menos pode ter contribuído para a perturbação que desligou linha de transmissão

Por tabela, a equipe que monitora a operação em tempo real também não teria percebido o problema na programação, em especial no controle da geração eólica, sobretudo por causa de uma mudança no cenário de ventos, que teriam ficado mais fortes. O Valor tentou falar ontem sobre esse e outros temas com o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, mas não teve retorno.

A sobreoferta de geração eólica teria descompensado a frequência. E sem a “inércia”, o SIN não foi capaz de suportar um distúrbio, visto que a frequência caiu de 60 HZ para até 58 Hz. Ao atingir esse patamar, o ONS acionou o sistema de proteção conhecido como Esquema Regional de Alívio de Carga (ERAC), que isolou a falha e impediu que o apagão se propagasse pelo país em maiores proporções. Uma dúvida, levantada por uma das fontes ouvidas, é que, como o relatório fala em “afundamento brusco de tensão”, a tese da falta de inércia pode perder força.

A frequência a menos pode ter causado ou contribuído para a perturbação que desligou a linha de transmissão Quixadá II - Fortaleza II, da Chesf, avaliam as fontes. No entanto, segundo MME, ONS e Eletrobras, esse problema seria insuficiente para “derrubar” o sistema elétrico nacional. “O desligamento isolado não causaria o impacto visto no SIN e este é um ponto que ainda está sendo apurado”, disse o ONS. “Ressalta-se que o desligamento da citada linha de transmissão, de forma isolada, não seria suficiente para a abrangência e repercussão sistêmica do ocorrido”, corroborou a Eletrobras.

O ONS informou ainda no relatório preliminar que está analisando desligamentos de equipamentos que incluem cerca de 3 mil arquivos com informações de mais de 250 subestações. “Sendo assim, neste momento, mais documentos estão sendo recebidos e avaliados para que se faça um diagnóstico mais aprofundado e detalhado sobre a situação”, disse o ONS.

Inicialmente, havia suspeitas de que a subestação Xingu do linhão de Belo Monte teria sido a causadora da segunda falha, mas o Valor apurou que os sistemas de proteção da linha atuaram corretamente. A geração renovável tem despertado atenção de especialistas em operação de rede elétrica porque o país possui um potencial elevado de produção eólica e solar, hoje impossível de ser ignorada, mas que tem características próprias de geração que exigiriam atualização dos procedimentos de operação.

A Eletrobras destacou ainda que as redes de transmissão do SIN são planejadas pelo chamado critério de confiabilidade “N-1”: em caso de desligamentos, o sistema elétrico deve permanecer operando sem interrupções. O corte de 19 GW correspondeu, às 8:31 horas, a cerca de 27% da carga total do país, de 73 GW, afetando 25 Estados e o Distrito Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/08/2023

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Edna Simão

Título: Desistência de venda ações da Eletrobras não é surpresa

A decisão do governo de excluir o plano de vendas das ações remanescentes da Eletrobras ainda em posse da União foi oficializada ontem com a publicação de decreto presidencial. A medida foi tomada “sem maiores preocupações” com repercussões negativas no setor porque já era dada como certa pelo mercado, segundo informações de interlocutores familiarizados com o tema.

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, retirou a Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização. Com isso, foi revogada a qualificação, no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), da fatia de 43% detida pelo governo federal na Eletrobras.

Em maio, a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) para reivindicar a ocupação de um maior número de cadeiras no conselho de administração e maior poder de voto na assembleia de acionistas. Os procuradores federais querem quantidade de assentos correspondente à fatia de capital social detida pela União na companhia.

Tanto a ação no Supremo quanto recorrentes declarações públicas do presidente Lula, do ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Aloizio Mercadante, foram entendidas como sinais de que o processo de venda da participação remanescente seria interrompido.

Na última terça-feira, Silveira insinuou que o blecaute que atingiu 25 Estados e o Distrito Federal naquele dia podia ter relação com a transferência do controle da Eletrobras para investidores privados.

Em postagem nas redes sociais, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, relacionou indiretamente o incidente, com origem no Nordeste, à privatização da companhia.

Não houve grande preocupação com repercussões negativas no setor

Na visão de integrantes do setor ouvidos pelo Valor, o decreto de ontem só gerou surpresa nos observadores menos atentos.

O que teria causado mais espanto dentro da ofensiva contra a desestatização da Eletrobras foi a notícia de que a Procuradoria-Geral da República (PGR) opinou, na quarta-feira, pela derrubada do trecho da lei da privatização que reduziu o poder de voto da União.

O parecer, assinado pelo procurador-geral, Augusto Aras, foi encaminhado ao Supremo em ação de relatoria do ministro Nunes Marques. Ele alegou que o texto, aprovado pelo Congresso, “não pode, simplesmente, limitar o direito de voto do acionista ordinário, sob pena de lhe retirar parte significativa de sua propriedade, econômica e política”. Para a PGR, decisão favorável do Supremo deve “restabelecer a integridade do patrimônio público”

Na visão de especialistas que acompanham o caso, o problema da argumentação da PGR é que a precificação das novas ações emitidas, para diluir o controle da União e capitalizar a empresa, considerou o mecanismo de restrição de qualquer acionistas a 10%.

Ignorar este fato, avaliam as fontes, poderia levar os investidores a pedir devolução do ágio que pagaram na aquisição destas ações. Este entendimento poderia, no limite, desencadear uma série de ações na Justiça para reaver os valores desembolsados na aquisição das ações na privatização da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/08/2023****Seção: Brasil****Autor: Isadora Peron****Título: PF vai agir por ‘falta de explicação clara’, diz Dino**

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que a Polícia Federal (PF) foi acionada para investigar o apagão na rede elétrica, ocorrido na terça-feira, porque, até agora, os órgãos responsáveis não deram uma “explicação clara” sobre o que aconteceu.

Dino lembrou que recebeu um pedido formal do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, para que fosse aberta uma investigação sobre o caso. “O que o ministro Alexandre Silveira diz é que, até agora, os órgãos técnicos não deram uma explicação clara, nítida, sobre o que ocorreu. Na medida em que não há uma explicação técnica, objetiva, demonstrada, se abre um cardápio de possibilidades, entre as quais a de ação humana”, disse durante entrevista no Ministério da Justiça.

De acordo com o ministro, essa ação humana pode ter sido intencional ou ocorrido por negligência, então, por “prudência”, ele disse que decidiu acionar a Polícia Federal (PF) para que fosse aberto um inquérito para investigar esses “graves fatos”.

Na quarta-feira (16), quando havia apenas um esclarecimento preliminar do ONS (Operador Nacional do Sistema) sobre o blecaute que atingiu 25 Estados e Distrito Federal no dia anterior, Silveira insistiu que o inquérito da Polícia Federal precisava ser aberto, alegando que não poderia “errar por omissão”.

Dino afirmou ainda que, neste ano, já houve “múltiplas tentativas de sabotagem” do sistema elétrico, como ações para derrubar ou incendiar torres de transmissão.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo**Data:** 18/08/2023**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** O reajustes aditivado da Petrobras

Não é difícil notar que os preços dos combustíveis se mantiveram inalterados pelo tempo necessário para ajudar a baixar a inflação e, conseqüentemente, os juros, como queria o governo

O pesado reajuste de gasolina e diesel anunciado pela Petrobras confirmou o que já estava subentendido: foi artificial a estabilidade interna dos preços dos combustíveis por mais de dois meses, enquanto petróleo e derivados acumulavam altas no mercado externo. Bloquear repasses por tanto tempo, ignorando o novo cenário, levou à pancada de 16,2% na gasolina e de 25,8% no diesel nas refinarias. E nem isso foi suficiente para zerar a defasagem em relação aos preços internacionais, como admitiu o presidente da companhia, Jean Paul Prates.

Para que isso ocorresse, seria necessário aumentar ainda mais a dose. Prates revelou que, pelos cálculos da empresa, para equiparar preços domésticos e externos o litro do diesel teria de subir R\$ 1; e o da gasolina, pelo menos R\$ 0,50, em vez dos, respectivamente, R\$ 0,78 e R\$ 0,41 adotados. E aqui vale o parêntese: por pura estratégia de marketing, a Petrobras não divulga o percentual do reajuste – a não ser, claro, quando se trata de redução –, como se assim conseguisse camuflar sua intensidade.

Do mesmo modo que conceitos matemáticos elementares revelam os percentuais, não é difícil perceber que os preços se mantiveram inalterados pelo tempo necessário para que o efeito benéfico sobre a inflação suscitasse uma avaliação favorável do Banco Central (BC), de modo a abrir caminho para a queda dos juros defendida pelo governo. Por óbvio, não foi o único motivo que afinal garantiu o afrouxamento monetário de 0,5 ponto percentual, mas certamente pesou.

Logo depois de anunciado o reajuste dos combustíveis, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que esse “grande aumento”, segundo suas próprias palavras, terá um impacto inflacionário entre agosto e setembro da ordem de 0,4 ponto percentual. Conter os preços sem sustentação técnica traz prejuízos para a empresa e seus investidores. Mas é difícil contestar uma fórmula que, concretamente, não existe. Como já dissemos neste espaço, a Petrobras não

pode desconsiderar que 63,4% de seu capital está em mãos privadas, enquanto a União exerce o controle com 36,6% do total de ações. Durante a contenção forçada de preços – que no caso do diesel correspondeu a três meses –, Prates e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, se apressaram em dizer que a empresa não estava perdendo dinheiro.

Ora, num mercado abastecido em parte por importações, é difícil imaginar uma conta na qual a empresa não saia perdendo, pois ela está entre os principais importadores dos produtos. Em torno de 15% da gasolina e 25% do diesel consumidos no País vêm de fora. Preços domésticos mais baixos inibem a atuação de outros importadores. A Petrobras tem a obrigação legal de garantir o abastecimento interno. A menos que consiga negociar, por contrato, importações mais baratas, a empresa compra por um preço e revende mais barato em suas refinarias. A matemática básica indica prejuízo em operações assim.

Como companhia de economia mista controlada pela União, a Petrobras não deveria se pautar por decisões políticas, embora a ingerência de sucessivos governos sobre a empresa tenha se tornado corriqueira. Como todas as demais empresas listadas em bolsa, está sujeita à regulação de mercado e tem de observar regras de boa governança, em especial em respeito a seus investidores. Não pode ser um simples instrumento de governo, como agora, ao ser alçada à categoria de tábua de salvação para o fechamento das contas públicas. Para isso, poderá contribuir com R\$ 30 bilhões em um acordo para encerrar litígios com a Receita Federal, como quer o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A Petrobras também entra como caixa extra no novo PAC. Como principal empreendimento está a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, aquela que seria dividida com a Venezuela, que não contribuiu com um bolívar sequer. O projeto inicial, de US\$ 2,3 bilhões, pulou para inacreditáveis US\$ 18,9 bilhões, muitas acusações de sobrepreço e com a conclusão de apenas uma das duas unidades. Agora, a Petrobras é chamada a complementar a obra. Todos já viram este filme.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo**Data: 18/08/2023****Seção: Economia****Autor: José Fucs****Título: Controle de preços é 'um grave erro', diz Castelo Branco**

O ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco disse ao Estadão que a decisão da empresa de reajustar, numa tacada só, os preços do diesel e da gasolina mostra que o controle de preços dos combustíveis praticado pela atual gestão é “um grave erro” e “ruim em todos os aspectos”. O litro do diesel foi reajustado em 25,8%, enquanto o da gasolina subiu 16,2%. Segundo ele, além de desestimular as importações de diesel pela iniciativa privada, aumentando o risco de desabastecimento, e do impacto negativo sobre os consumidores e a inflação, o “represamento” dos reajustes prejudica a própria Petrobras e seus acionistas, ao afetar o fluxo de caixa da companhia.

A atual direção da Petrobras vinha sendo criticada por retardar o repasse de aumento de custos com a compra do petróleo para os preços no mercado nacional. Em maio, a empresa abandonou o antigo modelo de PPI (Preço de Paridade de Importação), que acompanhava a oscilação de valores internacionais. “Quando você controla o preço do diesel e não importa o suficiente, e a Petrobras não importa o suficiente, o resultado esperado é esse mesmo: desabastecimento. Não será um desabastecimento generalizado, para o qual seria necessário ficar muito tempo sem importar, mas vai faltar diesel em alguns lugares, como aparentemente aconteceu”, disse o ex-presidente.

Para ele, ficar segurando os reajustes e depois anunciar um aumento pesado de uma só vez é pior do que atualizar os preços de forma gradual. “Para o consumidor, acordar com um megarreajuste do combustível que ele usa todos os dias não é bom. Tem um impacto direto na inflação e gera um efeito cascata, afetando outros preços da economia.”

VEÍCULO: O Estado de São Paulo**Data: 18/08/2023****Seção: Economia****Autor:****Título: Estatal planeja produzir hidrogênio verde no País**

O diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim, disse que vê grande potencial no Brasil para o hidrogênio verde, que pode substituir parte do petróleo no setor de transportes, mas ressalta que falta legislação própria para dar segurança jurídica aos potenciais investidores. Ele informou que a empresa já está conversando com um possível parceiro para a produção de hidrogênio no País, que já estaria com o projeto mais avançado. “Vamos analisar a possibilidade de uma planta aqui no Brasil, com um parceiro que já está com projeto, porque hoje não existe nada (de produção)”, afirmou.

O executivo explicou que, como é possível transformar o hidrogênio verde em amônia e transportá-lo como uma commodity, assim como o petróleo, a Petrobras pode se tornar um player importante no futuro, principalmente levando em conta estudos que mostram que, em 2030, o Brasil terá o hidrogênio verde mais barato do mundo por causa da energia renovável abundante no País. A companhia também vem investindo em biocombustíveis, como o diesel R, feito por coprocessamento com óleos vegetais. D.L./RIO

VEÍCULO: O Estado de São Paulo**Data: 18/08/2023****Seção: Economia****Autor: Denise Luna****Título: Petrobras vai entrar no mercado de créditos de carbono**

Estatal planeja fechar 1.º contrato de compra neste ano e deve virar vendedora; empresa também quer fazer usinas eólicas offshore

RIO A Petrobras está perto de fechar a sua primeira compra de crédito de carbono, mais um instrumento para a descarbonização da empresa, que neste ano entrou forte na tendência global das petroleiras que se preparam para um futuro com menos petróleo. Ainda sem poder dar detalhes do negócio, o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da estatal, Maurício Tolmasquim, informou ao Estadão/Broadcast que o volume da primeira aquisição será pequeno.

No futuro, a própria Petrobras deve passar a vender seus créditos, com a evolução do seu projeto de captura de carbono na região de Macaé (RJ). “A gente está olhando agora a questão de crédito de carbono para compensar algumas emissões, mas ainda está sendo visto aqui. Você pode comprar no Brasil ou fora, mas no Brasil tem um bom potencial, pode comprar (o crédito de carbono) de uma floresta, por exemplo”, disse Tolmasquim. “No futuro, a gente pode também gerar créditos no mercado. A gente vai entrar na captura, que é o CCUS (Carbon Capture, Utilization and Storage), e pode até gerar créditos (de carbono).”

Segundo Tolmasquim, a prioridade da companhia é reduzir as emissões organicamente, mas há um limite para isso. “Das emissões, uma parte você reduz organicamente; outra parte, você captura e, no caso de outra parte, pode compensar com crédito de carbono.” A empresa planeja fazer um hub na região de Macaé para armazenar CO₂, não apenas da empresa, mas também de outras companhias que já demonstraram interesse em participar. Tudo vai depender, porém, da aprovação de uma legislação para CCUS no Brasil, e do sucesso de projeto-piloto da estatal na região para capturar 100 mil toneladas de carbono, que está em andamento.

O CO₂ é armazenado no fundo do mar, em formações geológicas que nada têm a ver com a exploração de petróleo e gás, informou Tolmasquim. Hoje, a Petrobras é a empresa que mais injeta CO₂ no mundo. Em 2022, foram 11 milhões de toneladas, um quarto dos 40 milhões de toneladas das emissões globais. Além da captura de carbono, outras legislações estão sendo aguardadas pela empresa, como o marco regulatório para as usinas eólicas offshore – também previsto para este ano. Mas, para já ir “treinando”, Tolmasquim informou que conversa com empreendedores em três países no Hemisfério Norte, em estágios de construção diferentes, onde a Petrobras poderá ser sócia minoritária.

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Data: 18/08/2023****Seção: Mercado****Autor:****Título: Governo retira ações remanescentes da Eletrobras de plano de desestatização**

O governo Lula retirou nesta quinta-feira (17) as ações remanescentes da Eletrobras do Programa Nacional de Desestatização. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União e segue orientação do Conselho do Programa de Parceria e Investimentos —que necessitava de aval de Lula. Ela ocorre na semana do apagão e de troca no comando da Eletrobras. Petistas e aliados buscaram ligar a privatização ao problema no sistema de energia. Além do programa que trata das privatizações, o decreto retira as ações remanescentes da Eletrobras do PPI (Programa de Parceria de Investimentos da Presidência da República). A privatização se deu em julho de 2022.

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Data: 18/08/2023****Seção: Mercado****Autor: Alexa Salomão e Nicola Pamplona****Título: Falta de informações sobre apagão cria guerra de versões e mobiliza lobbies**

Demora em relatórios e explicações incompletas politizam discussão técnica, dizem especialistas

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO- Demora na divulgação de relatórios e explicações incompletas deram ao apagão que afetou 25 estados e o Distrito Federal na terça (15) contornos políticos inesperados para um tema normalmente técnico.

A falta de clareza abriu espaço para lobbies e guerra de narrativas que estão se voltando até contra o próprio ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico).

Pelo protocolo, ele deveria ter apresentado amanhã desta quinta (17) o Bise (Boletim de Interrupção do Suprimento de Energia). O documento não havia sido divulgado até a publicação deste texto.

O rito de divulgações já havia sido quebrado na terça. O ONS deveria ter publicado as primeiras informações até duas horas após a queda de luz dentro do Ipie (Informe Preliminar de Interrupção do Suprimento de Energia). O documento

veio em partes. Um texto saiu às 18h, quase dez horas após a falha. Outra notificação saiu na quarta-feira (16).

O consolidado foi divulgado nesta quinta às 19h30. Nele, o ONS avisa que o RAP (Relatório de Análise da Perturbação), que é concluído em 30 dias, vai levar 45 desta vez.

O que se sabe até agora é que o chamado evento zero, que deu início ao apagão, ocorreu numa linha de transmissão entre o município de Quixadá e a capital Fortaleza. A frequência caiu e o sistema de proteção falhou, disseminando a falha. Um incidente do gênero, num ponto como esse, porém, não deveria deflagrar um apagão com escala nacional.

Na falta de detalhes, um ala de especialistas afirma que ainda vão descobrir que houve falha em alguma subestação, como Imperatriz (MA) ou Xingu (PA). Outro segmento, mais ligado a hidro, já cogitam que o próprio ONS pode ser parte do problema.

No mapa da produção nacional de energia, o ONS define quem gera e quanto gera. Há alguns meses, ele privilegiava as renováveis, especialmente eólicas, mesmo com os reservatórios de hidrelétricas cheios.

É preciso destacar que a decisão é defensável pelo aspecto ambiental e financeiro, pois são fontes que aproveitam vento e sol com custos baixos. No entanto, existe um outro componente que tem de ser considerado na organização do mix de fontes. A estabilidade do sistema.

Usinas fornecem três elementos: elétrons, que chamamos de energia elétrica, mas também frequência, que deve ser de 60 hertz constante, e tensão, de 220 volts igualmente constante. O que garante essa estabilidade é o que a física chama de inércia.

Térmicas ajudam a dar estabilidade. Parques eólicos podem até ter sistemas que simulam o mesmo efeito. Mas a garantia mais firme, explicam engenheiros ouvidos pela reportagem, é fornecida principalmente pelos motores girantes das hidrelétricas.

Especialistas disseram à Folha que, ao ampliar em demasia as eólicas na composição do fornecimento nacional, o ONS pode ter reduzido a segurança do sistema. Isso explicaria como uma falha pontual numa linha tão marginal no Ceará alastrou-se e levou a um apagão de escala nacional.

Apenas a investigação detalhada poderá afirmar a responsabilidade do órgão, mas, no dia seguinte ao apagão, justamente para dar mais estabilidade ao sistema, o ONS reduziu a produção de eólicas no Nordeste, bem como o envio dessa energia para o Sudeste (veja gráfico acima).

Procurado, o ONS disse apurar todas as possibilidades.

Os especialistas afirmam que não está em discussão reduzir o avanço das renováveis, mas encarar um debate mais organizado sobre como gerenciar o sistema elétrico nacional numa nova realidade.

Enquanto isso não ocorre, ganham força várias versões envolvendo eólicas no apagão que tratam de pane por excesso de produção, súbita falta de ventos e até queda de torres.

“Não teve problema na geração, e podia ser eólica, carvão ou nuclear que dava no mesmo”, afirma Élbis Gannoum, presidente da ABEEólica (Associação Brasileira de Energia Eólica). “Tem gente tentando aproveitar a situação para pôr a culpa na eólica e facilitar os projetos de lei no Congresso com jabutis para encher o país de térmicas. Isso não vou admitir. Acabou a brincadeira.”

Para quem dissemina a ideia de sobrecarga dessa fonte, ela afirma que no dia 4 de julho a geração eólica atingiu a marca de 19 GW (gigawatts), bem mais que os 16 GW registrados no dia do apagão.

O deputado Danilo Fortes (União-CE) foi ao Ministério de Minas e Energia para entender a situação das eólicas. Defensor do setor, trouxe de volta à mesa a antiga discussão sobre falta de linhas de transmissão para escoar a produção. “Há mais de um ano falo que precisamos ampliar o sistema.”

Os defensores de térmicas também entraram em campanha nos últimos dias. Logo após o apagão, a Abegás, associação que representa as distribuidoras de gás canalizado, disse que a ocorrência “reforça a importância de investimento em fontes de energia constantes e resilientes”.

“É o caso das termelétricas movidas a gás natural”, concluía o texto.

Candidato a presidir a Petrobras no governo Jair Bolsonaro (PL), o consultor Adriano Pires escreveu em rede social que a lição do apagão é que “não devemos abrir mão de térmicas”: “Neste momento de transição energética, é estupidez ficar refém da natureza com a geração eólica e solar”.

A crítica geral recai sobre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que virou o porta-voz do blecaute e politiza a discussão. Os técnicos sumiram. Na coletiva na terça, o secretário de Energia Elétrica Gentil Nogueira mal conseguiu se manifestar. A palavra não foi passada ao diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, nem ao representante do ONS.

Na maior parte do tempo, o ministro criticou a privatização da Eletrobras, alinhando o discurso com o presidente Lula (PT). Desde a campanha, ele avisa que é contra a privatização. A AGU (Advocacia Geral da União) tem uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) no Supremo reivindicando que a União tenha poder proporcional ao seu número de ações ordinárias.

Na quarta, Silveira conversou com jornalistas para confirmar que a falha inicial ocorreu numa linha da Chesf, subsidiária da Eletrobras, mas ainda sem dar detalhes. Disse que continuariam investigando um segundo evento e que era importante manter a PF no caso. Na sequência, Luiz Carlos Ciochi, diretor-geral do ONS, falou que haviam descartado um segundo evento, o que gerou mais confusão.

Foi um dia de ofensivas à Eletrobras. Antes de o ministro confirmar a propriedade da linha, a PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou a favor da ADI do governo no STF e sugeriu que as partes tentassem negociar. Ao mesmo tempo, a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) notificou a empresa para explicar a falta de energia.

A economista Elena Landau, especialista em energia, lembra que a Eletrobras tem 23% da capacidade geradora instalada no país e 40% do total das linhas de transmissão.

Quase todos os apagões da história recente do país envolveram linha de transmissão, subestação ou equipamento da empresa, só que agora ela está privatizada. Ela diz que o governo usa uma falha menor como desculpa para pressionar a companhia.

“O governo podia ter quatro assentos no conselho que o apagão seria igual, porque não tem nenhuma relação com a privatização.”

VEÍCULO: Folha de São Paulo**Data:** 18/08/2023**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Petrobras ignora importador e prioriza equilíbrio entre presente e futuro

Atual política de preços condiz com a natureza público-estatal da companhia
André Roncaglia

Professor de economia da Unifesp e doutor em economia do desenvolvimento pela FEA-USP

A Petrobras subiu os preços do diesel e da gasolina, mas não foi por causa de qualquer risco de desabastecimento de diesel. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) afirmou, em seu comunicado, que “restrição nas entregas de combustíveis em algumas bases de distribuição para os postos” não significa “falta de produtos para a ponta final da cadeia”. A própria Agência Nacional do Petróleo e Gás (ANP) sublinhou a normalidade dos estoques.

A restrição de abastecimento que se observou de forma localizada (e não estrutural) pode ter resultado da opção das distribuidoras em atender prioritariamente os postos de suas bandeiras, em detrimento dos postos de bandeira branca. O número inexpressivo de pontos de restrição não afetou a média regional de preços.

Descartada essa alegação infundada —que serve apenas aos interesses dos pequenos importadores privados reunidos na Abicom—, o que pode explicar então essa decisão da Petrobras de elevar o preço da gasolina em 16% e o do diesel em 27%?

O ajuste nos preços dos derivados de petróleo manteve uma defasagem ainda expressiva em relação ao preço de importação (que inclui frete e tributos de importação). Deduz-se, portanto, que a nova política de preços visa conciliar os interesses da população, dos acionistas e do plano estratégico da companhia.

A necessidade de balancear esses interesses decorre da dependência do abastecimento interno de importações (15% para a gasolina e 25% para o diesel) e da privatização dos segmentos de distribuição e refino a partir de 2016.

Em um cenário em que a Petrobras precisa elevar suas importações de derivados para atender o mercado interno, uma defasagem muito grande em relação ao

preço internacional reduz de forma significativa a geração de caixa operacional, prejudicando os investimentos em refino, em fertilizantes e em fontes de energia renováveis. Além disso, pode desarticular a cadeia interna de suprimentos: caso o preço na refinaria esteja abaixo do preço de paridade de exportação, as distribuidoras podem exportar derivados, diminuindo a oferta doméstica.

Por isso, a solução encontrada foi um meio-termo que buscou suavizar o repasse da volatilidade do preço internacional do petróleo para a economia brasileira, por meio de um espaçamento maior entre reajustes, e conter a redução de ganhos acumulados com a elevação da produtividade e do volume de produção — a Petrobras atingiu recentemente a marca de 3 milhões de barris extraídos diariamente.

Os efeitos do reajuste sobre a inflação preocupam, pois Campos Neto anseia por motivos para desacelerar a queda da Selic. Por outro lado, como o preço de combustíveis afeta mais diretamente quem tem carro particular, o efeito da medida não é regressivo, mas pode causar insatisfação nos motoristas de aplicativo e nos caminhoneiros. A queda continuada dos preços dos alimentos e a moderação nos preços de energia podem compensar o impacto dos preços de combustível sobre os mais pobres.

A atual política de preços é condizente com a natureza público-estatal da companhia. Ao observar o efeito de suas ações sobre o emprego e a renda real das famílias, sem ignorar a robustez de suas finanças, a Petrobras balanceia os anseios dos acionistas privados com os da sociedade (presente) e com as necessidades de novos investimentos diante do desafio da descarbonização (futuro).

Reduzir a dependência da nossa matriz energética em relação ao petróleo é a chave para aliviar todos os impactos das variações do preço do petróleo sobre a economia e para abrir novos horizontes para a inovação e o emprego no país.

Esses devem ser o foco da política energética.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/08/2023****Seção: Economia****Autor: Daniel Gullino****Título: Lula retira ações da Eletrobras de plano de desestatização**

Procurador-geral da República considera ação da AGU no Supremo procedente e defende maior poder de voto do governo na empresa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva excluiu do Programa Nacional de Desestatização (PND) as ações da Eletrobras que ainda estão em posse do governo. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

Na prática, isso significa que o governo deseja manter a posse das ações da estatal. Atualmente, a União

tem cerca de 42% das ações ordinárias da Eletrobras.

O decreto também retira as ações remanescentes da empresa do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

A exclusão das ações da Eletrobras do PND e do PPI havia sido recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), em junho. Com isso, a medida aguardava uma aprovação do presidente Lula.

A privatização da Eletrobras foi concluída em junho de 2022. À época, o governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL) ofereceu ações da estatal na Bolsa, fazendo com que a União deixasse de ser a acionista controladora.

No início deste mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar alguns pontos da privatização da Eletrobras, entre eles o poder de voto da União.

Na ação, o governo federal questiona o trecho da lei de privatização da Eletrobras que diz que qualquer acionista tem no máximo 10% do poder de voto nas assembleias, mesmo contando com participação maior na companhia.

‘SOLUÇÃO DE CONSENSO’

Na quarta-feira, a Procuradoria-Geral da União (PGR) opinou favoravelmente ao governo. O procurador-geral da República, Augusto Aras, considerou a ação da AGU procedente e concordou com um maior poder de voto

da União na Eletrobras. Aras, contudo, sugeriu buscar uma “solução de consenso” entre as partes.

O procurador-geral afirmou que “o patrimônio da União (e público, portanto) foi depreciado com a limitação do número de votos de cada acionista a 10%, sem que o ente (União) tivesse sido financeiramente recompensado.”

Aras defende que o limite no poder de voto valha apenas para as ações compradas após a privatização da empresa. Com isso, segundo ele, estaria preservado tanto o “patrimônio público” quanto o objetivo de que a Eletrobras não seja controlada por alguma outra companhia do setor.

Ele ressaltou, contudo, que “não se está a questionar a decisão política de privatizar a Eletrobras nem o modelo de governança escolhido para a empresa pós-privatização.”

Para Aras, “o ideal é que os próprios interessados (União e demais acionistas) cheguem a uma solução de consenso.” Por isso, defendeu que o STF instaure uma tentativa de conciliação antes de analisar o mérito do pedido da AGU. (Com G1)

CAPAS DE JORNAIS

Comidas que odiamos Chefs e amantes da boa mesa, como Simone Paratella, que detesta azeite trufado, contam do que não gostam EU&



Vinhos Produções de pequena escala estão revolucionando a percepção sobre o lambrusco EU&



Cinema Hsu Chien Hsin, diretor do maior sucesso brasileiro no ano, conta os desafios que venceu para ser cineasta EU&

Sexta-feira, 18 de agosto de 2023 Ano 24 Número 5010 R\$ 6,00 www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Rui Costa: sem 'extremismo' nas licenças

André Jabi e Fábio Murzikian De Brasília

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou ao Valor que os limites de métricas de transmissão em andamento vão garantir até R\$ 150 bilhões de investimentos em energia elétrica e solar. Sobre o apelo de terça-feira, Costa descartou falha estrutural que possa ameaçar o plano do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também adiantou o risco de que demora na concessão de licenças ambientais impacte o ritmo dos projetos. Segundo ele, o estudo do governo para evitar "extremismos", "se não puder tocar em nada, não não faz nada". Disse, ainda, que a mesma diretiva se aplica à exploração de petróleo na Margem Equatorial. Página A6

Alvo de Mauro Cid e hacker, Bolsonaro terá sigilo quebrado

CPMI do 8 de Janeiro Em depoimento, Delgatti afirma que ex-mandatário solicitou que forjasse urnas eletrônicas; ex-ajudante de ordens dirá ter atendido pedidos

João Valadães, Caetano Taveira Luadora Pires De Brasília

Conhecido como "hacker da Vaujato", Walter Delgatti afirmou ontem, durante depoimento de quase sete horas à CPMI do 8 de Janeiro, que o ex-privilegiado Jair Bolsonaro (PL) pediu a ele para forjar a instalação de urnas eletrônicas a fim de desestabilizar o sistema eleitoral. Teria pedido também que ele assumisse, com a promessa de indulto futuro, a autoria de um suposto grampo telefônico

contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Em outra frente, o advogado César Brittonson, que defende o ex-ajudante de ordens Mauro César Barbosa Cid, confidenciou a "O Globo" informações da revista "Veja" de que o ex-ajudante entregou dinheiro em espécie a Bolsonaro pela venda de um relógio Rolex roubado em viagem oficial. Segundo o jornalista, o militar pretende dar novo depoimento à Polícia Federal, assumir o crime, mas dizer que seguiu ordens do chefe. "Ele vai assumir a responsabilidade da parte dele e isso é consequência. Cada

um com seus próprios problemas", disse. No depoimento à CPMI, Delgatti disse ainda que, após encontro com Bolsonaro em Aloranda, participou de cinco reuniões no Ministério da Defesa por ordem do ex-presidente. Uma delas teria sido com o ex-ministro Paulo Sérgio Nogueira. De acordo com o hacker, relatórios das Forças Armadas com questionamentos à linha das urnas eletrônicas, encaminhados ao TSE, foi lido a partir de suas informações. As declarações de Delgatti foram recebidas pelo ex-juiz do ex-privilegiado com preocupação. Governistas acreditam que

as revelações podem contribuir para reinar um período de prisão de Bolsonaro. Em entrevista à rádio Jovem Pan, o ex-presidente desqualificou o depoimento, admitindo se encontrado uma vez com Delgatti, mas negou ter tirado qualquer plano. O hacker não apresentou provas das acusações, mas disse estar "inabalável" para acusação com Bolsonaro. Na GloboNews, a jornalista Eliane Carnevali informou ontem à noite que Mauro assumiu a guarda dos sigilos fiscal e bancário de Bolsonaro e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Página A8

ONS confirma falha em linha e reduz o envio de energia renovável do NE

Fábio Couto De Rio

Relatório preliminar divulgado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) confirma que falha na linha de transmissão Quatã II-Fortaleza II, da Ceará, produziu um efeito técnico que "sequestrou" o país em três linhas elétricas no agudo de terça-feira. Enquanto aperta as causas do blecaute, o ONS adotou postura mais conservadora na operação do sistema e, segundo agentes do setor, uma das medidas adotadas foi limitar o envio de energia elétrica e Eneotransmissão do Nordeste para o restante do país. O órgão reduziu o limite de envio de 13 mil megawatts (MW) para 8 mil MW, conforme fontes consultadas pelo Valor. O teste foi

confirmado no informativo Preliminar Diário da Operação, do ONS, boltem técnicas envolvidas da operação do sistema. No relatório denominado "Informe Preliminar de Interrupção de Energia no Sistema Interligado Nacional", o ONS afirma que o sistema está sendo operado "em condições mais conservadoras" para garantir a segurança do abastecimento — e não descartar adotar critérios mais restritivos. A medida reforça as suspeitas de agentes do setor de que um excesso momentâneo de geração das fontes renováveis e um possível erro de cálculo no planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), para compensar esse excedente, provocaram a falha na transmissão que desestacou o blecaute. Página A6

Muitas vezes a primeira



Lúcia Stina está em férias. Acaba de completar 80 anos, e em 2024, mais precisamente em dezembro, sua filha Luiza Stina fará 50 anos, sendo sócio de serviços prestados à arte brasileira. Ela é pianista. Acaba mesmo, no piano. Foi muitas vezes a primeira. U&F

Mercado busca sanar dúvidas sobre privatização da Sabesp

Taís Mirata e Fernanda Guimarães De São Paulo

Bom recebido pelo mercado, o plano de privatização da Sabesp também tem gerado dúvidas. Uma questão é como funcionará o "acionista de referência", criado pelo governador Tarciso de Freitas. Outro ponto é como ficará a regulação de contratos que impactam a tarifa pós-desestatização. A preocupação dos interessados na oferta é que, caso não haja mudanças, potenciais ganhos de eficiência não sejam capturados pelos acionistas. A empresa paulista vale em torno de R\$ 40 bilhões na B3. Segundo o modelo, se-

ri uma oferta subsequente de ações, em que o Estado, de 50,33, será diluída. De acordo com representantes do governo, os ações sem participação maior poderão ter garantia de voto no conselho de administração. Mas foram sinalizadas restrições à formação de bloco de controle ou posição majoritária. Diferentemente da oferta da Eletrobras — em que o bloco formou uma empresa sem controle de voto —, a ideia seria permitir ações com mais influência sobre a companhia privatizada. Fontes que acompanharam de perto o assunto afirmam que o governo estuda modelo de regulação diferenciada, com mais previsibilidade. Página B2

Setor de saúde vê cenário mais benigno

Beth Kube De São Paulo

Após os planos de saúde amargarem prejuízo de mais de R\$ 10 bilhões em 2022 e licenças previstas a toda a cadeia do setor, as operadoras tiveram um ambiente mais benigno no 2º trimestre, es-

pecialmente depois de reajustes acima de 20%. Paralelamente, hospitais e laboratórios seguem com resultados operacionais positivos, mesmo sem a demanda reprimida de procedimentos não realizados durante a pandemia. Para o consumidor, no entanto, as dificuldades devem crescer, com planos mais

caros e redes de atendimento mais limitadas. Segundo especialistas, o uso dos contratos deve seguir em alta — mas abate de 2022 —, devido ao envelhecimento da população e aumento dos problemas de saúde mental. O quadro beneficia hospitais e laboratórios. Grupos hospitalares viram as receitas crescerem a dois dígitos. Página B1

Indicadores

Indicador	Valor	Variação
Índice Ibovespa	12.345,67	+0,12%
Índice Bovespa	12.345,67	+0,12%
Índice S&P 500	4.567,89	+0,05%
Índice DAX	15.678,90	+0,08%
Índice Nikkei	28.901,23	+0,10%
Índice Hang Seng	18.234,56	+0,07%
Índice ASX	7.890,12	+0,09%
Índice Euronext	4.321,09	+0,06%
Índice CAC 40	6.789,01	+0,04%
Índice FTSE 100	7.654,32	+0,03%

Destques

STF aprova juiz de garantias

OSTF aprovou maioria pela implementação do juiz de garantias. Esse magistrado dará as orientações criminais, sem participar da instrução do processo. A19

Fraude em classificados virtuais

OSTF entende que sites de classificados não são responsáveis por fraudes cometidas por anunciantes, e nega indenização aos consumidores que compraram produtos. E1

Turismo rural



Lucas Ferra Lopes, de Fazenda Vilaça, em Caravelas, é um dos produtores que aderiram à Rota Turística do Litoral, lançada no Paraná. São milhões de visitantes nos dias de férias. U&F

Equador vive eleição violenta e indefinida

Fernanda Simas De São Paulo

O assassinato do candidato Fernando Villavicencio, na semana passada, embaralhou a corrida presidencial no Equador e deve aumentar a participação dos eleitores no domingo, no pleito mais violento das últimas décadas no país, marcado pela infiltração do narcotráfico nas instituições. Os equatorianos também vão eleger um novo Congresso. Até o nome de Villavicencio, a candidata de esquerda Luisa González, apoiada pelo ex-presidente Rafael Correa, estava muito à frente nas pesquisas. Agora, analistas preveem um 2º turno em outubro. Página A13

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Sexta-feira 18 de AGOSTO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47421
estadão.com.br

CPMI do 8 de Janeiro ___A8

Depoimento de hacker amplia suspeitas de ação golpista de Bolsonaro

Delgatti disse que então presidente ofereceu indulto se invadissem urnas e assumisse grampo; Moraes autoriza quebra de sigilo do casal Bolsonaro



WELTON JANDOR / ESTADÃO

Preso preventivamente desde 2 de agosto, Walter Delgatti chega ao Congresso em viatura policial para prestar depoimento à CPMI

Em depoimento à CPMI do 8 de Janeiro, o hacker Walter Delgatti Neto afirmou que, em 2022, Jair Bolsonaro (PL) lhe pediu que invadissem o sistema de urnas eletrônicas e assumisse a autoria de um grampo contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF. Como garantia, disse ele, recebeu a promessa

de indulto caso fosse preso. A defesa de Bolsonaro confirmou que Delgatti esteve no Palácio da Alvorada em 2022, mas negou o teor da conversa e afirmou que o processará por calúnia. Segundo os advogados do ex-presidente, o hacker prestou "informações e alegações falsas, totalmente desprovidas de qualquer tipo de prova". Com o

avanço de investigações em agosto, Bolsonaro se encontra no centro de dois casos: um de crimes contra a democracia, e outro de roubo e venda internacional de patrimônio público, no caso das joias. Na noite de ontem, Moraes autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Bolsonaro e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Cid vai confessar que vendeu joias, diz revista

Reportagem publicada no site de *Veja* afirma que Mauro Cid decidiu confessar que vendeu as joias e entregou o dinheiro em espécie a Bolsonaro. ___A8

Streaming ___C1

O caminho de José e Durval até o estrelato

Trajatória de Chitãozinho e Xororó é destacada em série do Globoplay com Rodrigo e Felipe Simas



WANG BLUMBERG

Sextou!

Cinema ___C8

'Besouro Azul' expõe forças e fraquezas

Filme da DC com Bruna Marquezine chega aos cinemas com clichês, mas boas atuações.

WARNER BROS. PICTURES / AP

Saúde ___A18

Exercício parado faz pressão cair mais, mostram estudos

Fórmula 1 ___A19

Felipe Massa inicia ação para reivindicar o título de 2008

C2 Nada de padronização ___C6 e C7

Em busca de alcance global, Netflix foca mercado local

Juiz de garantias ___A10

Maioria do STF vota para que processo penal passe a ter dois juizes

OSTF formou maioria para validar modelo em que um magistrado é responsável pela condução do inquérito, enquanto outro julga o mérito.

"É a maior mudança no processo penal brasileiro desde o Código (1941)"

Kassio Nunes Marques, do STF

Reforma ministerial ___A9

Republicanos deve ficar com Portos; PP quer pasta do Bolsa Família

Márcio França pode entregar Portos e Aeroportos para Silvío Costa Filho (PP) e ir para Ciência e Tecnologia.

E&N Contas ___B2

Governo permitirá uso de precatórios no pagamento de dívidas com União

Fazenda e AGU planejam divulgar em breve a nova resolução. Permissão foi prevista na PEC dos Precatórios.

Esquerda ___A12

Socialista chefiará Parlamento, o que facilita recondução de premiê espanhol

Vitória da socialista Francina Armengol indica que Pedro Sánchez tem caminho aberto para permanecer no cargo.

Notas e Informações ___A3

Infância abatida a tiros

Fernando Gabeira ___A7
O último tango no planeta

Rogério Werneck ___B4
Mesmos fatos, percepções diferentes

Edição de hoje

3 CADERNOS - 44 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes. Para Fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios.



C2. Cultura & Comportamento. A fundo

Tempo em SP

22 Min. 28 Max.



FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.470

SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2023

R\$ 6,00

Mulheres chefiam só 16% de postos diplomáticos

Só 34 dos 213 postos diplomáticos brasileiros espalhados pelo mundo são chefiados por mulheres (16%), enquanto os outros 179 têm homens à frente (84%). Para a Associação de Mulheres Diplomatas do Brasil (AMDB), há um "teto de vidro" no Itamaraty, que as impede de chegar aos cargos mais altos. O chanceler, Mauro Vieira, reconheceu "sub-representação crônica" no início da gestão. **Mundo A14**

Explosão do dólar na Argentina paralisa comércio

A desvalorização de quase 30% no peso desde o êxito do ultraliberal Javier Milei em eleição primária tirou dos argentinos as referências de preços. Comerciantes removem produtos das prateleiras, consumidores suspendem compras, e brasileiros ficam desorientados. **Mercado A20**

Priscilla Bacalhau Pela matemática sem gênero

A aversão à disciplina não escolhe estudantes, mas tradicionalmente meninos demonstram um desempenho superior em avaliações matemáticas, em especial nas séries iniciais. Estereótipos de gênero e preconceitos enraizados desde a infância ecoam nos resultados. **Opinião A2**

ChatGPT tem viés de esquerda, aponta estudo

Mercado A28

Em novo recuo no ensino, SP desiste de livro digital

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou ontem que rescindiu contrato para compra de 200 milhões de livros digitais — como a Folha revelou, o faria sem licitação. Na quarta, a gestão paulista desistiu de abandonar o Programa Nacional do Livro Didático. **Contidiano B1**

EDITORIAIS A2

Amadorismo

Sobre recuo de SP em troca de material didático.

Teto com furos

Acerca de gastos em saúde sob nova regra fiscal.

ATMOSFERA

São Paulo hoje
31°
16°
0h 6h 12h 18h 24h

ISSN 1677-0073 34470
977141472063

Mauro Cid vendeu joias a mando de Bolsonaro, afirma advogado

Representante anuncia confissão de militar; hacker diz a CPI que ex-presidente pediu invasão de urna



O hacker Walter Delgatti durante o depoimento à CPI dos ataques de 8/11 Gabriel Brito/Folhapress

O advogado do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), afirmou que seu cliente confessará ter negociado joias nos Estados Unidos a mando do ex-presidente.

"Ele confessa que comprou as joias evidentemente a mando do presidente", disse César Bittencourt sobre os itens dados por outros governos ao então chefe de Estado brasileiro.

A decisão de Cid foi revelada à revista Veja e confirmada à Folha pelo advogado. O militar está preso desde maio por suspeita de adulterar cartões de vacinação, inclusive o de Bolsonaro. Também ontem, o chamado "hacker da Vaza Jato" depôs contra o ex-mandatário na CPI do 8 de janeiro.

Aos parlamentares o programador Walter Delgatti Neto declarou que a campanha do ex-presidente planejou forjar a invasão de uma urna eletrônica a dias das eleições do ano passado.

O hacker — preso no início do mês sob acusação de tramocar com a deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal — disse sem oferecer provas que Bolsonaro lhe pediu para assumir ter grampeado conversas do magistrado.

Bolsonaro referiu-se à versão de Delgatti como "fantasia" e não se pronunciou sobre as afirmações do advogado de Cid até a conclusão desta edição. Ele nega irregularidades. **Política A4 e A7**

Moraes manda quebrar sigilos de ex-presidente e de Michelle

STF forma maioria para juiz das garantias ser obrigatório

O Supremo formou maioria favorável à instalação obrigatória do modelo do juiz das garantias, que divide a responsabilidade dos processos entre dois magistrados. O placar da votação chegou a 6 a 1, faltando a posição de quatro ministros. O julgamento deve continuar na sessão do próximo dia 23.

Pelo instrumento, casos criminais passariam a ter um juiz que autoriza diligências na investigação e outro que julga o réu.

Este sistema foi aprovado no Congresso, na esteira do vazamento de conversas entre procuradores da Lava Jato e o então juiz da operação, Sérgio Moro. **Política A10**

Esporte B7

63% dos brasileiros têm interesse pelo futebol feminino, mostra Datafolha

Guia C12

Taste Festival em SP abre com Mocotó, Preto Cozinha, Da Quebrada e Troisgros

Bolsa tem 13ª queda e renova recorde negativo

Pressionado pelo exterior negativo, que teme juros ainda mais altos nos EUA e desaceleração da China, o índice Ibovespa, referência no país, caiu 0,52% e ampliou a pior sequência de quedas de sua história. A pauta econômica travada no Congresso também trouxe cautela. **Mercado A19**

Ilustrada C1 a C3

Nelson Rodrigues raiz

Novas montagens dos clássicos 'Vestido de Noiva' e 'A Falecida' estreiam em São Paulo



A atriz Camila Morgado como Zulmira no palco do Sesc Santo Amaro, em São Paulo, em ensaio com figurino de 'A Falecida', peça de 1953 Karine Xavier/Folhapress

Fernanda Montenegro: 'Toda unanimidade é realmente burra', diz atriz, que apresenta leitura de Nelson Rodrigues SEGUNDO-CADERNO



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2023 ANO XCIX - Nº 32.883 • PREÇO DESTA EXEMPLAR NO RJ • R\$ 6,00

TRAMAS GOLPISTAS

Bolsonaro pediu para forjar fraude em urna e ofereceu indulto, acusa hacker

Delgatti relata encontros no Alvorada e com militares na Defesa. Ex-presidente nega e promete processá-lo

Em longo depoimento à CPI dos Ataques Golpistas, o programador Walter Delgatti fez diversas acusações sobre tratativas com o ex-presidente Jair Bolsonaro, com militares à época à frente do Ministério da Defesa e com dirigentes do PL para descredibilizar o processo eleitoral durante a campanha de 2022. Sobre Bolsonaro, Delgatti disse que o então presidente, por telefone e pessoalmente, lhe pediu que forjasse uma quebra do código-fonte das urnas eletrônicas, para imputar uma violabilidade jamais comprovada. Delgatti acusou ainda Bolsonaro de lhe pedir para assumir a autoria de um gram-

po contra o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, e de lhe prometer um indulto caso ele fosse preso. Afirmou também que o ex-presidente o enviou ao Ministério da Defesa para instruir militares sobre os questionamentos à segurança das urnas. O hacker garantiu ter sido o mentor do relatório feito pela Defesa sobre o processo eleitoral. Ele não apresentou provas das acusações. Jair Bolsonaro confirmou que encaminhou Delgatti à Defesa, mas negou que o objetivo fosse simular fraudes das urnas. Ele refutou as demais acusações e prometeu processar o hacker. O Exército não comentou. **PÁGINA 4**



CRISTIANO MARIZ

Cid deu dinheiro em espécie a ex-presidente, diz advogado

Moraes autoriza quebra de sigilo bancário de Bolsonaro

O advogado Cezar Bittencourt, que defende o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, prepara a confissão de seu cliente às autoridades. Cid afirmará, adianta o advogado, que entregou dinheiro em espécie ao ex-presidente pela venda do Rolex recebido como presente oficial e depois vendido nos

EUA. Em relato à revista Veja, confirmado em seguida em entrevista ao GLOBO, Bittencourt diz que "Mauro Cid vendeu o relógio a mando do Bolsonaro e entregou o dinheiro a ele". Ainda no caso das joias, o ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou a quebra do sigilo bancário do ex-presidente, solicitada pela PF. **PÁGINA 6**

VERA MAGALHÃES
Já há comprovação para implicar Bolsonaro em conspiração **PÁGINA 2**

BERNARDO MELLO FRANCO
Um dia que aproxima o ex-presidente de Mauro Cid **PÁGINA 3**

FLÁVIA OLIVEIRA
Reparação histórica em usina onde ditadura queimou corpos **PÁGINA 3**

STF já tem maioria para instituir juiz de garantias

Seis ministros votaram pela criação do magistrado que atua na fase de investigação. O julgamento fica a cargo de outro juiz. **PÁGINA 7**

Ministros recorrem a Lula e Alckmin para evitar queda

Márcio França, de Portos, e Wellington Dias, do Desenvolvimento Social, estão em cargos mais cotados para abrigar Centrão. **PÁGINA 8**

Teto de juros do empréstimo consignado cai a 1,91% ao mês

Medida foi tomada em decorrência da queda da Taxa Selic e afeta pensionistas e aposentados do INSS. **PÁGINA 16**

Meta de ampliar receita tem entraves no Congresso

Haddad enfrenta resistência na Câmara para aprovar medidas essenciais à meta de déficit zero, como taxar fundos offshore. **PÁGINA 13**

Governo do Rio quer tirar concessionária de trens

Argumento é que SuperVia descumpriu cláusula de investimentos. Trecho da malha ficou nove horas inativo ontem. **PÁGINA 22**

AS VANTAGENS DE CALAR

Falar menos é mais

Especialistas defendem que as pessoas sejam econômicas e falem só o essencial e cultivem o silêncio para refletir. **PÁGINA 19**

PEDRO DORIA
Criado há 25 anos, iMac moldou o mundo que vivemos hoje **PÁGINA 3**

NELSON MOTTA
Acho que o futuro da música brasileira é hoje **SEGUNDO-CADERNO**

MARTÍN FERNÁNDEZ
As dúvidas que pairam sobre a 1ª convocação de Diniz **PÁGINA 26**

Entrevistando Lira e Pacheco



— Segue o baile!

ENTREVISTAS



'Um musical é um desafio que se torna um prazer'

A longa e profícua carreira de MEL BROOKS o levou a se firmar como um gênio da comédia no cinema e na TV americanos. O artista, hoje com 97 anos, também fez dramas, além de escrever letra e melodia de espetáculos da Broadway. Em entrevista a Miguel Pinto Guimarães, ele rememora vivências quase centenárias dos primeiros contatos com a música e o cinema e comenta "O jovem Frankenstein", seu musical que terá a primeira montagem no Brasil. "Comecei a carreira no show business como percussionista. A música é natural para mim." **SEGUNDO-CADERNO**



'Fica mais fácil tirar a mulher'

Ministra do Esporte, ANA MOSER diz que o tempo de atleta a ensinou a suportar pressão como a de agora por sua substituição na pasta, mas que, "se o presidente quiser, terá o lugar de volta". Ela vê avanços do futebol feminino em sua gestão e tem como política prioritária a massificação do esporte, integrado a outros setores. **PÁGINA 28**



'A boa informação protege a democracia'

Diretora de Columbia e especialista em mídia e tecnologia, ANYA SCHIFFRIN tem atuado com economistas para criar metodologia que calcule quanto as big techs devem pagar a veículos de mídia pelo uso de seus conteúdos. Acordos já ocorreram em países como Austrália e Canadá e são pauta em todo o mundo. "Proteger a informação de qualidade é proteger a democracia." **PÁGINA 15**

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 22.068 • 60 PÁGINAS • R\$ 4,00



O barítono Lulu Santos

Cantor e banda se apresentam no Ulysses Guimarães com um show repleto de clássicos. "Algumas canções voltaram a ser cantáveis sem sobressaltos ou esforço", ressalta.

Favas contadas

Noz Delicatessen, uma grife na 211 Sul

Sons da noite

Ney Matogrosso bota o Bloco na Rua



Vai um assado?

Conheça restaurantes que oferecem cortes de carne maravilhosos, como o do chef argentino Pep Sotelo.



Papo de gastronomia

O chef Gil Guimarães e o sommelier Tiago Pereira defendem mais apoio do governo local para o setor. PÁGINA 17



Diniz foca no Sauditão

10 motivos para a opção de Neymar pelo Al-Hilal da Arábia Saudita não inviabilizar a presença dele na convocação para as Eliminatórias. PÁGINA 20

STF libera quebra do sigilo bancário de Bolsonaro e Michelle

Num dia de reveses para o ex-presidente Jair Bolsonaro, que começou com o depoimento do hacker Walter Delgatti no Congresso, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes autorizou a Polícia Federal a acessar as contas em bancos e os dados fiscais

do ex-presidente e da ex-primeira-dama, na investigação que apura a venda ilegal de joias presenteadas ao governo brasileiro. Há suspeitas de que o ex-ajudante de ordens Mauro Cid negociou objetos valiosos, como relógios Rolex, e repassou o dinheiro ao

ex-chefe do Executivo. Em entrevista à *Revista Veja*, o advogado do tenente-coronel Cid, Cezar Bitencourt, afirmou que o militar, que está preso, vai confessar à Polícia Federal que Bolsonaro é o mandante dessa operação de venda dos produtos.

Hacker acusa ex-presidente e esteve até no Alvorada

No depoimento mais importante da CPI do 8 de janeiro, Walter Delgatti, conhecido por invadir celulares da Operação Lava-Jato, denunciou Jair Bolsonaro num plano para desacreditar as urnas eletrônicas. O hacker, que responde por vários crimes, disse ter se encontrado com o ex-chefe

do Executivo no Palácio da Alvorada para vender seus serviços à trama golpista. A visita à residência oficial foi confirmada. Segundo Delgatti, além do ataque ao sistema do TSE, outras ilícitudes foram discutidas. O depoente também confirmou ter estado no Ministério da Defesa.



PÁGINAS 2 E 4, NAS ENTRELINHAS, 4, E BRASÍLIA-DF, 5

Lula muda Esplanada e acomoda o Centrão

Presidente deve bater o martelo nesta sexta-feira em trocas no comando de ministérios e estatais. A reforma no Executivo vai permitir a entrada do PP e do Republicanos no governo. PÁGINA 4

ENTREVISTA

Rafael Correa

"A prioridade do Equador é a segurança"

RODRIGO CRAVEIRO

A dois dias da eleição, o economista e ex-presidente comenta a execução de Villavicencio e vê a narcopolítica dentro do Estado.

PÁGINA 9

Economia

Juro do crédito consignado cai

PÁGINA 8

Jornalismo

Curso do Correio inscreve até hoje

PÁGINA 16



Construção do emprego

Obras públicas, edificações e reformas diversas garantem milhares de postos de trabalho neste setor em Brasília. São mais de 70 mil vagas formais atualmente na capital. PÁGINA 13



"Look at him!"

Com bordões divertidos e carisma, Rodrigo Cões é um dos furacões da internet. O nutricionista do DF arregimentou mais de dois milhões de seguidores com dicas de saúde.

PÁGINA 18



Cuidado com a trombose

Os chips de beleza e os cigarros eletrônicos aumentam o risco de formação de coágulos que podem ser fatais, alerta a cirurgia vascular Carolina Melo.

PÁGINA 16



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (061) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (061) 99256.3846

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .